



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Letras e Artes

Escola de Belas Artes

Curso de Conservação e Restauração

Alicia Neves da Silveira

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL:**

**A inclusão de personagens periféricos como agentes na
Conservação Preventiva e Gestão de Riscos**



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Letras e Artes

Escola de Belas Artes

Curso de Conservação e Restauração

Alícia Neves da Silveira

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL:**

**A inclusão de personagens periféricos como agentes na
Conservação Preventiva e Gestão de Riscos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Conservação e Restauração da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro

Rio de Janeiro
2021

CIP - Catalogação na Publicação

SS587e Silveira, Alicia Neves da
Educação Patrimonial na preservação do patrimônio histórico e cultural: A inclusão de personagens periféricos como agentes na Conservação Preventiva e Gestão de Riscos / Alicia Neves da Silveira. -- Rio de Janeiro, 2021.
59 f.

Orientador: Marcus Tadeu Daniel Ribeiro.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, Bacharel em Conservação e Restauração, 2021.

1. Educação Patrimonial. 2. Conservação Preventiva. 3. Gestão de Riscos. 4. Prestação de Serviços. I. Ribeiro, Marcus Tadeu Daniel, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A inclusão de personagens periféricos como agentes na Conservação Preventiva e Gestão de Riscos

Alícia Neves da Silveira

Orientador: Prof. Dr. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Conservação e Restauração da Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de Bacharel.

Aprovada por

Prof. Dr. Marcus Tadeu Daniel Ribeiro
Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Ms.^a Márcia Valéria de Souza
Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Neuvânia Curty Ghetti
Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

*A minha mãe, Nazaré
Ao meu pai, Francisco*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade, que pôde me acolher da melhor forma possível mesmo lutando todos os dias contra um sistema político que negligencia e sucateia.

Agradeço à Escola de Belas Artes, que me trouxe a possibilidade de conhecer novos mundos, que talvez eu nunca pudesse ter acesso de outras formas.

Agradeço ao Curso de Conservação e Restauração que foi capaz de apresentar a mim um conhecimento que fez crescer a cada dia a necessidade de proteger e cuidar do patrimônio histórico e cultural.

Agradeço ao meu Orientador e a todo o corpo docente que me guiou pelo caminho e compartilhou parte do conhecimento que lhes cabia para que eu pudesse alcançar a minha formação como Bacharel. Agradeço em particular àqueles que partilharam também o acolhimento, o afeto e a sabedoria de uma vida e que acabaram se tornando também amigos e companheiros de uma parte da minha caminhada. Obrigada Márcia.
Obrigada por partilhar comigo a sua potência.

Agradeço à Susana Priscila Cerqueira Santos, amiga, companheira, parceira e um amor que pude descobrir dentro de um ambiente que por vezes parecia um grande labirinto. Agradeço todos os dias pela vida ter cruzado nossas estradas. Saiba que por muitas vezes você foi inspiração.

Em especial

Agradeço de forma especial à minha família, principalmente

A minha mãe.

Obrigada por ser meu ombro amigo, a força vital para que eu pudesse alcançar esse momento hoje.

Ao meu pai.

Obrigada! Rezo todos os dias para que possa seguir nessa vida aprendendo sobre o amor.

Vocês dois são a razão do meu viver. Amo vocês.

RESUMO

Este trabalho apresenta a Educação Patrimonial como ferramenta fundamental para a *transdisciplinaridade* entre diferentes personagens que atuam de forma coadjuvante na preservação dos bens culturais e de edificações históricas, formalizando a possibilidade de um diálogo que aproxime o campo da Conservação e Restauração aos prestadores de serviços como manutenção, segurança patrimonial e serviços gerais. Compreender que esses setores atuam rotineiramente de forma próxima ou direta sobre o patrimônio cultural é fundamental para que se possa estabelecer uma via de troca de saberes, tornando o olhar dessas pessoas mais harmonizado com a valorização do acervo cultural e priorizando o olhar desse grupo sobre o que é cultural e patrimônio histórico e relacionando este conhecimento com os termos eruditos. O desenvolver deste trabalho tem por objetivo refletir o uso da Educação Patrimonial como ferramenta para a transmissão de ensinamentos sobre Conservação Preventiva e Gestão de Riscos para esses prestadores de serviços que atuam todos os dias com o patrimônio e geralmente não são associados a tal atividade. A metodologia abordada na construção do texto se pauta em resgates históricos e reflexos sobre processos de distanciamento e dissociação, buscando compreender mecanismo de promoção da EP e difusão da mesma, com um direcionamento a esses novos personagens.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Conservação Preventiva. Gestão de Riscos. Prestação de Serviços.

ABSTRACT

This work presents Heritage Education as a fundamental tool for transdisciplinary between different characters who act in a supporting way in the preservation of cultural assets and historic buildings, formalizing the possibility of a dialogue that brings the field of Conservation and Restoration closer to service providers as maintenance, property security and general services. Understanding that these sectors routinely act in a close or direct way on cultural heritage is fundamental for establishing a path for the exchange of knowledge, making the view of these people more harmonized with the appreciation of the cultural collection and prioritizing the view of this group on the which is cultural and historical heritage and relating this knowledge to academic terms. The development of this work aims to reflect the use of Heritage Education as a tool for the transmission of teachings on Preventive Conservation and Risk Management to these service providers who work with heritage every day and are generally not associated with such activity. The methodology addressed in the construction of the text is based on historical rescues and reflections on processes of distancing and dissociation, seeking to understand the mechanism for promoting Heritage Education and its dissemination, with a focus on these new characters.

Keywords: Heritage Education. Preventive Conservation. Risk Management. Services Provision.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Edgard Roquette-Pinto

Figura 2 - Rodrigo de Melo Franco de Andrade

Figura 3 - Guia Básico de Educação Patrimonial

Figura 4 - Livro Pedagogia do Oprimido

Figura 5 - Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, 1839

Figura 6 - Decreto de criação do Museu Real, 1818

Figura 7 - Museu da Maré

Figura 8 - Distribuição dos museus do estado do RJ entre seus municípios

Figura 9 - Concentração das instituições de promoção da cultura na região metropolitana com foco para cidade do Rio de Janeiro

Figura 10 - Lei nº11.904/2009, conhecida como Estatuto de Museus

Figura 11 - Organograma Funcional retirado do Plano Museológico do MCHJC 2019-2022

Figura 12 - Esquema sobre tipologias da interdisciplinaridade

Figura 13 - Esquema mostrando os pontos chave da comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. IDENTIDADE E PERTENCIMENTO CULTURAL: UMA RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO	14
3. MUSEUS NO RIO DE JANEIRO	27
<i>3.1 Refletindo sobre sua distribuição pelo estado do Rio de Janeiro</i>	<i>32</i>
<i>3.2 Estrutura Organizacional</i>	<i>35</i>
<i>3.3 A relação entre os funcionários de nível básico e secundário e a Instituição: desafios</i>	<i>39</i>
4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS	42
<i>4.1 A Transdisciplinaridade entre profissionais da área da preservação e funcionários de manutenção, serviços gerais e segurança</i>	<i>42</i>
<i>4.2 Como incentivar a valorização do conhecimento técnico dos setores de prestação de serviços e sua interlocução com o patrimônio histórico/cultural</i>	<i>45</i>
<i>4.3 Efetivando a transmissão da vigilância feita entre os prestadores de serviços e os profissionais da Conservação</i>	<i>48</i>
5. CONCLUSÃO	51
6. REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO

O trabalho da preservação do patrimônio cultural permite a interlocução de diversas áreas que se relacionam com a produção e salvaguarda dos bens culturais produzidos por um grupo. Normas, Cartas Patrimoniais, orientações e demais ferramentas legislativas dão o direcionamento para que as instituições possam atuar seguindo diretrizes que se associam diretamente e pensam sob a perspectiva da área da Conservação e Restauração. Admitir que a metodologia da *Transdisciplinaridade* transcenda os limites acadêmicos permite que sejam inseridos novos personagens nas rotinas de Conservação Preventiva e Gestão de Riscos.

Na grande maioria dos ambientes museológicos, edifícios históricos e demais instituições relacionadas à preservação dos bens culturais, tem-se um grupo de funcionários que geralmente não é associado às práticas do campo da Conservação e Restauração e que, por muitas vezes, não compreende de forma plena a real importância do seu trabalho visto que em alguns casos, senão em sua maioria, estes personagens não são colocados em posição de diálogo com a instituição.

O processo reflexivo que orienta este trabalho busca analisar as causas do prejuízo na relação de identidade, valorização e preservação entre os bens culturais protegidos por esses ambientes de salvaguarda e seus funcionários, que exercem funções de conexão indireta com o objetivo fim dessas entidades. Destacando profissionais de nível básico e médio, atuantes na área de segurança, manutenção e serviços gerais, e que cotidianamente se relacionam com os bens culturais, possuindo seus saberes sobre aqueles objetos, mas que ainda não possuem um devido conjunto de informações que permanecem muito restritas a um campo acadêmico e técnico.

Essa restrição, que a princípio possui um caráter *natural* ao senso comum, pode apresentar inúmeras problemáticas que rotineiramente resultam em processos danosos às obras inseridas nesse contexto,

dificultando sua preservação. Além desse possível detrimento físico, o distanciamento entre sociedade e o patrimônio cultural é reforçado, a partir do momento em que se obstrui a possibilidade de interação direta desses indivíduos com os bens culturais com os quais convivem rotineiramente.

Sendo assim, a questão que norteia esta pesquisa se estabelece com o uso da Educação Patrimonial como ferramenta direta na Conservação Preventiva dos bens culturais dentro de espaços museais. É um processo complexo e que foge das abordagens comuns à Educação Patrimonial, mas que neste momento busca o diálogo e interação entre áreas afins relacionadas à preservação. O campo da Conservação Preventiva e o da Gestão de Riscos podem utilizar da Educação Patrimonial como ferramenta direcionada a funcionários e profissionais primários e *secundários* dos ambientes de cultura, visando a salvaguarda desses bens.

Refletir sobre o porquê desse grupo de pessoas tão necessário ao funcionamento destes ambientes não está realmente em sincronia com os espaços que habitam é interessante para que se possam estabelecer soluções palpáveis a Educação Patrimonial que tem por objetivo definir conexões de valorização e identidade cultural a fim de promover a preservação do patrimônio, sejam estes bens móveis, imóveis, materiais ou imateriais.

Neste trabalho, buscando limitar o recorte a uma realidade próxima, fez-se uma breve reflexão sobre o espaço da cidade do Rio de Janeiro, a distribuição dos seus ambientes museológicos sobre seu espaço geográfico, a relação dessa distribuição com as diferenças sociais de aprendizagem e renda relacionando esses aspectos diretamente com os funcionários que atuam na prestação dos serviços de manutenção, segurança patrimonial e serviços gerais.

Estabelecer o diálogo através da valorização dos diferentes saberes talvez seja a ferramenta mais eficaz para interagir com esse público, agregando esse quadro de funcionários à perspectiva interna das instituições que atuam na Conservação Preventiva e na Gestão de Riscos de seus acervos. Treinar o olhar dessas pessoas para que

possam identificar situações de risco ou perigo para os bens culturais, mesmo que na execução rotineira de suas tarefas diárias, é capaz de firmar uma relação de valorização e respeito dessas personagens com o espaço de salvaguarda do patrimônio cultural sobre o qual atuam.

Dessa forma, o principal objetivo é discutir a relação entre a Educação Patrimonial e a sociedade, buscando compreender novas possibilidades de atuação da EP no campo da Conservação Preventiva e Gestão de Riscos, refletindo sobre estratégias de diálogo que permitam aproximar e integrar esses profissionais à rotina de preservação desses espaços, ampliando essa relação para além da demanda de cumprir com sua atividade rotineira, possibilitando que esses funcionários criem laços de identidade e valorização, ou minimamente a consciência da importância do seu serviço para o mantimento da instituição cultural para a qual trabalha, compreendendo que sua atuação se expande para além dos limites físicos do edifício no qual atua, e contribui para a preservação do patrimônio cultural que pertence a toda a sociedade.

Permitir o estreitamento dessa relação possibilita que novos agentes sejam integrados à atuação em prol da preservação dos bens culturais, justificando o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso a partir da possibilidade de se evitar situações que tragam perigo à permanência do patrimônio dentro do espaço físico dessas instituições, treinando o olhar desses profissionais para que identifiquem diferentes atos ou agentes de risco.

Dessa forma, pode-se fazer com que esses profissionais atuem de maneira protetora, evitando condutas inadequadas na execução de suas atividades, identificando falhas em sistemas elétricos e hidráulicos que possam gerar acidentes e danos ao acervo, proporcionando ao patrimônio um agente a mais na proteção rotineira e cotidiana dos bens culturais materiais.

A construção formal do trabalho se dá a partir do desenvolvimento do tema em três capítulos principais com suas subdivisões direcionadas a aprofundar diferentes aspectos. O primeiro denomina-se *IDENTIDADE E PERTENCIMENTO CULTURAL: UMA RELAÇÃO ENTRE A*

SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO e na sua construção aborda o aspecto Antropológico sobre Sociedade e Cultura, o começo do pensamento sobre Patrimônio Cultural e a aproximação entre sociedade e Bens Culturais a partir do uso da Educação Patrimonial.

O segundo capítulo denominado *MUSEUS NO RIO DE JANEIRO* faz uma análise da sua distribuição geográfica pelo estado, perpassando mecanismos históricos de afastamento de parcela da população desses ambientes. Discute-se também sobre sua estrutura organizacional e os elementos legislativos os quais determinam o papel dos Museus. Por fim, encerra-se a reflexão sobre os principais desafios entre os prestadores de serviços e os espaços museais.

O terceiro capítulo, e o último de discussão, trabalha a questão principal do trabalho. Intitulado *EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS* nele se discute a questão da transdisciplinaridade nos ambientes de salvaguarda, a valorização do conhecimento técnico dos setores de prestação de serviços e a transmissão efetiva da vigilância que pode ser executada por esses trabalhadores.

2. IDENTIDADE E PERTENCIMENTO CULTURAL: UMA RELAÇÃO ENTRE A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO

A cultura se estabelece por meio de diferentes estruturas sociais, que podem ser de cunho religioso, étnico, político, artístico, histórico, entre outros. São as vivências e trocas que permitem a construção de saberes e elementos representativos de uma cultura. Analisando esses dois pontos fundamentais - sociedade e cultura - estudados a partir da Antropologia¹, temos a seguinte divisão:

Antropologia Social dedica-se aos estudos referentes à organização social e política, questões relacionadas ao parentesco, bem como às instituições sociais; já a Antropologia Cultural volta suas pesquisas aos sistemas simbólicos, a religião e, também, ao comportamento em diferentes culturas. (YAMAGUTI, 2019, p.2)

Esse recorte permite iniciar uma discussão sobre o comportamento humano pelo lugar fundamental. Yamaguti² apresenta de forma objetiva duas das três principais esferas de estudo do campo antropológico: o social e o cultural. Estes, primordiais para a construção deste trabalho, apresentam os pontos iniciais do que hoje se compreende como patrimônio cultural e suas instituições.

A relação entre sociedade e cultura está vinculada de forma irreduzível à questão da memória. No seu sentido mais basal, a memória se refere à recorrência de acontecimentos, experiências e aprendizados que tiveram sua existência num momento passado. Quando vinculados a personagens e símbolos de uma sociedade, se estabelece uma memória coletiva baseada em fatores pertencentes à história de determinado grupo.

Essas definições que estabelecem a organização social com a compreensão de memória e patrimônio conhecida na atualidade

¹ “ciência que estuda o ser humano em suas esferas biológica, social e cultural” (YAMAGUTI, 2019)

² YAMAGUTI, Juliana Geraldi. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Araraquara / SP (2005). É membro do Grupo de Pesquisa "História e Memória da Educação" (GRUPEHME), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), cadastrado no CNPq, desenvolvendo pesquisas relacionadas à Educação e à História da Educação, nos temas Patrimônio Histórico Educativo; História e Memória da Educação; Educação Patrimonial.

possuem origens apresentadas em bibliografias clássicas como a *Alegoria do Patrimônio* por Françoise Choay³. Em sua discussão, a autora expõe o percurso do culto à memória a partir do que se conhece através da história da humanidade, que apresenta seu primeiro momento de intensidade a partir do século XV, com o novo direcionamento do olhar às artes produzidas na antiguidade grega e romana. Nesse momento o culto ao passado e às obras que eram produzidas na Antiguidade tem um apelo intelectual, tendo um apreço por resgatar não somente os objetos antigos, mas a maneira de pensar o mundo à sua volta. Ainda neste momento a ideia de patrimônio cultural coletivo não estava estabelecida, apesar de acontecer os fenômenos de guarda e coleções de objetos antigos por simpatizantes da história e de seus acontecimentos.

A inclusão do aspecto coletivo à ideia de patrimônio e sua relação com a construção de uma cultura social acontece anteriormente a fins do século XVIII, na fase do Iluminismo. Precedente a esse período histórico, a compreensão de patrimônio se limitava a designar aquilo que era herdado, de pai para filho, cingindo bens de cunho pessoal e os quais não eram vinculados a uma ideia de cultura, que nessa mesma época ainda não havia se estabelecido.

O conceito de cultura como conhecido hoje começa a ser pensado após a Revolução Francesa onde bens materiais com apelo histórico foram agraciados por uma valorização, atuando como símbolos de um caráter nacionalista intrínseco da Revolução e permitindo à sociedade acesso ao seu patrimônio, agora comum a toda nação. Neste momento de definição, muito bem abordado por Choay, a França permite que coleções históricas e artísticas que antes faziam parte de um restrito acervo que garantia a retenção de poder pudesse ser apreciado e contar a boa parte da sociedade francesa a sua própria história, apresentando sua origem artística e cultural. A autora permite que se compreenda cronologicamente o processo de identificação e

³ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

valorização cultural através de diferentes momentos importantes da história do mundo.

A Revolução Francesa foi um marco para que, ao longo da história recente, muitos países garantissem um esforço para a construção de identidades nacionais, principalmente os que se encontravam no início de sua construção e que precisavam estabelecer sua imagem frente a outras nações, utilizando dessa identidade para o fortalecimento de suas relações políticas, como é o caso do Brasil.

No século XIX, pode-se observar um primeiro movimento de busca pela identidade nacional através do Romantismo onde, assim como é ressaltado em *O Romantismo na pintura brasileira do século XIX*⁴, a identidade coletiva é esboçada através da subjetividade dos sentimentos humanos. Essa valorização se estabelece a partir da Independência proclamada em 1822 e se fortalece a princípio para trazer vigor a uma imagem internacional que o país precisava construir como nova nação que acabava de se tornar.

O percurso que parecia ao Brasil, ex-colônia portuguesa, incluído no mundo ocidental, parecia ser o de seguir os moldes europeus de civilização, reproduzindo nos trópicos aspectos da cultura europeia. A grande maioria dos intelectuais da época defendia exatamente este caminho de construção da identidade nacional, baseando-se nos moldes da alta cultura do continente europeu. Este foi o caso da Escola de Recife, grupo de intelectuais que em finais do século XIX buscava construir uma visão de um Brasil branco e civilizado.

Integrante da Escola de Recife, Silvio Romero é um dos autores que busca, em meio a moldes ocidentais, analisar e moldar a cultura nacional. O embate e a busca por excluir dessa identidade negros e indígenas é constante, porém ao perceber que o movimento de nada adiantaria, buscou ampliar o seu sentido de cultura brasileira, imprimindo em suas obras um *profundo sentido de brasilidade*⁵.

⁴ RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. O Romantismo na pintura brasileiro do século XIX. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Olhar do Brasil. nº 29/2001.

⁵ Academia Brasileira de Letras. Biografia de Silvio Romero. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>.

Em meio aos movimentos para se estabelecer uma identidade cultural brasileira, a referência ao *conto das três raças*⁶ repete-se ao longo da história. Iniciando-se ainda nos meados do século XIX, o *mito* que busca caracterizar a cultura nacional por meio do encontro cultural entre indígenas, negros e brancos envolve diferentes contextos de expressão artística brasileira. Arte Neoconcreta⁷, por exemplo, utiliza-se — dentro da sua atitude de reingresso da subjetividade e *recuperação de [...] humanismo*⁸ na arte — de uma linguagem que estabelece de forma crítica as *relações interétnicas*, colocando sob questão como se estabeleceu o desenvolvimento do país e as preponderâncias entre as culturas indígena, negra e branca, fundamentais de toda *mistura* brasileira. Com um histórico colonialista e escravocrata, sabe-se que essa construção não aconteceu de forma pacífica e não permitiu, por um grande período histórico, a constituição de movimentos sociais igualitários. Essa organização da sociedade segregou culturas e estabeleceu a prevalência de instituições sociais de caráter discriminatório.

Dessa forma, é possível compreender uma construção onde sistemas simbólicos, comportamentais e de cunho religioso são inferiorizados em relação a outros, negando à sociedade seu arbítrio de valorização de sua cultura, principalmente tratando-se de determinadas etnias que foram marginalizadas durante séculos. Isso afeta questões principais na construção deste capítulo: identidade, pertencimento e valorização cultural.

Identidade cultural é uma expressão demasiadamente utilizada no campo do patrimônio cultural. Identidade, palavra que se origina do latim *identitas* tem por significado *mesma coisa* ou *idem*. Segundo a definição que pode ser encontrada em Bluteau,⁹ identidade é a qualidade com que

⁶ [...] *empenho em fundar a identidade da jovem nação brasileira na mestiçagem, decorrente da interação de três raças – o índio, o negro e o branco – que compunham a população*. Dicionário do Patrimônio Cultural. **Cultura Popular** (verbetes) por Maria Elisabeth de Andrade Costa.

⁷ Neoconcretismo. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3810/neoconcretismo>>. Acesso em: 15 de Ago. 2020. Verbetes da Enciclopédia.

⁸ *Idem*.

⁹ Bluteau, Rafael. Vocabulário portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ... : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e

duas coisas são da mesma natureza. Seguindo essas definições, identificar-se é um processo de vislumbrar em algo significados e sentidos os quais permitam ao indivíduo reconhecer-se neles. O processo de identidade cultural segue pela mesma lógica.

É necessário que o ser identifique-se, perceba-se representado em certa expressão de cultura. Para que esse processo de identificação ocorra é necessário estabelecer qual o estado de consciência vigente. A consciência pode ser compreendida de formas distintas, conforme correntes de pensamentos que buscaram entender sua funcionalidade ao longo de séculos. Tal termo pode ser percebido como estado mental de foco determinado pela *clareza e distinção* da mente.

A sociedade na qual está inserido afeta diretamente na sua *tomada de consciência* - que ocorre ainda na infância - e nos elementos elencados para fazerem parte da construção do ser cultural. A consciência coletiva dentro de uma determinada sociedade é primordial para toda a construção da identidade cultural do ser humano. Consciência coletiva é definida por Durkheim como uma soma das consciências individuais que possibilita a existência de um sistema de crenças, sentimentos, ideias e valores dentro de uma sociedade¹⁰. A partir dessa reflexão, pode-se compreender que a construção da cultura dentro de um contexto social é indissociável do processo de consciência do indivíduo.

Seguindo de forma paralela ao pensamento de identidade e consciência, está o conceito de *pertencimento*. Este se estabelece a partir do momento em que, identificando-se com determinada expressão ou meio cultural, o indivíduo sente-se de certa forma acolhido, integrado a um grupo onde outras pessoas também compartilham desse mesmo valor e sentimento. O pertencimento cultural é fundamental para que o indivíduo perceba-se como consumidor, disseminador e produtor de cultura. A partir do momento em que se percebe disseminador/produtor de um bem cultural, compreende o percurso histórico deste e como é

oferecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos.

¹⁰ <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/140/edicao-1/emile-durkheim>

personagem ativo em todo o processo, estabelece-se a *valorização cultural*, fundamental para o campo da preservação do patrimônio. Valorizar, no sentido mais literal do termo, é dar valor, reconhecer a importância de algo. Segundo Bluteau, valor é o preço dado a uma coisa. Se tratando de bens culturais, o sentido da palavra *valorizar* se aprofunda na necessidade de dar valor a elementos constitutivos da própria cultura, permitindo que estes não se percam.

Os três processos fundamentais ao campo da preservação são muito utilizados em procedimentos da área de patrimônio cultural para estabelecer um tombamento¹¹ ou registro¹², e se caracterizam principalmente como conceitos elementares à metodologia da Educação Patrimonial, que se define como:

(...) processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. (...) processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999, p. 4)

Aproximar o patrimônio cultural da metodologia educacional, a princípio, parece um processo metodológico muito simples de ser abordado, visto que se compreende o ambiente da disseminação de processos educativos como o mais adequado à transmissão de conhecimentos. Porém, fazendo-se um recorte nacional, percebe-se que, apesar de um longo histórico sobre a temática, ainda há muitas questões a serem debatidas e metas a serem alcançadas.

Os primeiros passos do que atualmente conhece-se por Educação Patrimonial surgem na Inglaterra, aproximadamente nos anos de 1970, quando se constrói o conceito de *Heritage Education*, a partir do órgão governamental *Historic Buildings and Monuments Commission for England*, responsável pela proteção do patrimônio histórico e cultural britânico. Apesar de este ser o marco internacional que estabelece aqui

¹¹ Tombamento refere-se à inscrição do bem cultural material em um ou mais dos quatro livros de Tombo sob tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹² Registro refere-se à inscrição dos bens culturais imateriais em um ou mais dos quatro livros de Registro sob tutela do IPHAN. Também se pode referir ao registro de bens arqueológicos, de acordo com a lei 3.924 de 26 de julho de 1961.

movimentos reflexivos, o Brasil pode considerar-se inserido no contexto de uma espécie de disseminação da educação para o patrimônio em princípios do século XX.

Figura 1 - Edgard Roquette-Pinto



Fonte: Universidade Federal de Pelotas

Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) pode ser compreendido como um dos primeiros brasileiros que iniciam um pensamento de comunicação entre os bens de valor histórico e científico para o país e a educação como forma de sua disseminação. Deixou um legado científico de enorme importância, mas os seus trabalhos que mais apresentam relevância para a construção dessa discussão teórica são os que se apropriaram de meios de comunicação para transmitir às novas descobertas dos estudos das Ciências no Brasil.

Desenvolve ao longo de sua carreira importantes instituições, algumas das quais em funcionamento até os dias de hoje. Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (1923), Revista do Rádio (1923), Instituto Nacional do Cinema Educativo (1936) são os principais meios dos quais utilizou para difusão de educação e cultura para a sociedade. Seu papel para a preservação dos bens culturais brasileiros se confirma quando, em 1938, é nomeado para a função de membro do Conselho Consultivo do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹³.

¹³In: Rangel, Jorge Antonio. Edgard Roquette-Pinto / Jorge Antonio Rangel. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p.130.

O SPHAN surge a partir da promulgação do Decreto-lei nº 25 de 1937 e permite a atuação de alguns personagens importantes para a compreensão e tentativa de estabelecimento da disseminação do patrimônio por meio da educação. Além da contribuição de Roquette-Pinto, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem como primeiro diretor Rodrigo de Melo Franco de Andrade¹⁴, que atuou à frente da instituição por 30 anos. Durante sua direção, Melo Franco atuou na busca pela consolidação do campo da preservação no país, estruturando a instituição através da disseminação de conhecimento acerca do tema. Estudos, pesquisas, obras de conservação, consolidação de fazeres e escolas artísticas como bem patrimonial, tombamento e demais impulsos mostravam o empenho *por uma consciência nacional de preservação do patrimônio cultural do país*¹⁵.

Figura 2 - Rodrigo de Melo Franco de Andrade



Fonte: Portal IPHAN

Ainda não havia nesse momento a nomenclatura que pudesse identificar os posicionamentos e ações desses personagens como medidas efetivas e fundamentais intrínsecas à prática da Educação Patrimonial, mas é na década de 1970 que um documento vai buscar transmitir a preocupação do país com a disseminação de conhecimentos

¹⁴ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/173>

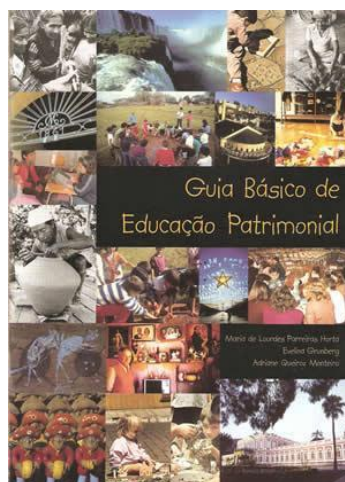
¹⁵ *Idem*

sobre patrimônio cultural brasileiro e sua preservação através do sistema educacional. O Compromisso de Brasília (1970) em suas primeiras palavras apresenta esta preocupação:

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação, Moral e Cívica; no nível superior a exemplo do que já existe nos cursos de Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil, a introdução, no currículo das escolas de Arte, de disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, parte destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional; (DPHAN, 1970, p. 2)

Há aqui a intenção pela prática do ensino sobre monumentos e elementos culturais referentes à tradição nacional, numa expectativa de valorização do culto ao passado. Pouco se observou sobre a efetiva prática desse apelo nas escolas de nível básico e médio ao longo de mais de 50 anos. É certo que se deve contextualizar o referido apelo, ocorrido dentro de um regime muito cruel para o país. A ditadura militar que perdurou por mais de duas décadas deixou marcas profundas na sociedade brasileira, tendo um aspecto muito pontual na formação educacional no Brasil. A atenção sobre esse apelo que se manifesta no desejo de valorização da tradição nacional que provavelmente possuía um caráter excludente, característico do regime, acaba por criar figuras e monumentos nacionais de culto e identificação que servem como chaves essenciais para que se forje uma cultura e uma *imagem* de tradição cultural que acaba sendo aceita sem muitos questionamentos e com muitas exceções.

Figura 3 - Guia Básico de Educação Patrimonial



Fonte: site da Universitat de les Illes Balears

Apesar do Compromisso de Brasília ser fruto de uma era trágica ao país, deve-se considerar que esse texto possui um aspecto muito importante e talvez tenha sido um reflexo nas iniciativas inglesas e um primeiro passo para novas conquistas no campo da efetivação de uma primitiva Educação Patrimonial.

Algumas décadas mais tarde, Maria Lourdes Parreira Horta desenvolve o primeiro guia brasileiro sobre o assunto. *Guia Básico de Educação Patrimonial*¹⁶ é um documento lembrado e citado até os dias atuais, possuindo sempre um espaço fundamental na discussão sobre o tema. Ambos escritos relacionam diretamente a escola de nível fundamental e médio à prática da valorização do patrimônio cultural, colocando a educação pública como um primeiro espaço de contato da sociedade com o patrimônio cultural.

Acompanhando uma cronologia que admite o desenvolvimento do campo da Educação Patrimonial ao longo dos últimos cinquenta anos, é razoável que atualmente haja uma iniciativa mais presente nas escolas do que na época em que esses textos foram redigidos. A própria conduta escolar das visitas guiadas a museus e outros ambientes de salvaguarda da cultura já apresenta alguma espécie de avanço nesse

¹⁶ HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico da Educação Patrimonial. Museu Imperial. DEPRM-IPHAN-MINC, 1999.

sentido. Pensando nas evoluções, não se pode descartar o momento de hiato sobre o tema e a real abrangência desse tipo de atividade.

O hiato temporal permitiu que algumas décadas se passassem sem que houvesse esse incentivo à identificação cultural ou valorização dos bens históricos tanto nacionais quanto internacionais, criando gerações de pessoas que não tiveram a oportunidade do contato com esse tipo de conhecimento. Não que atualmente estas sejam ignorantes sobre sua própria cultura. Essa possibilidade defendida por alguns autores parece não possuir fundamento, já que todo indivíduo inserido em um contexto social vive imerso em uma realidade cultural.

A questão que se busca levantar aqui é o apagamento de um conhecimento mais amplo que é capaz de colocar as pessoas em uma condição de consciência sobre o valor da formação histórica do entorno no qual está inserido e como pode ser ele mesmo produtor da cultura, das relações de memória, valorização e preservação dos bens culturais. Quando a uma criança se é negado o contato mais amplo com ambientes onde se aprende sobre patrimônio cultural, esse indivíduo cresce com uma dificuldade a mais em perceber que aquele bem cultural, guardado em um lugar *socialmente distante* como os museus e bibliotecas, também o pertence e assim a toda a sociedade.

É racional presumir que, em um país com construções sociais marcadas por desencontros e contradições e que ainda enfrenta desigualdades baseadas em seu passado colonialista, não exista um sistema de educação igualitário a todos. *Pedagogia do Oprimido*¹⁷ permite visualizar exatamente esse ponto de questionamento. Paulo Freire, na discussão sobre uma educação que liberta o ser oprimido e interrompe o ciclo de opressão do dominador, constrói uma reflexão que bastante se integra ao desenvolvimento deste trabalho. O autor coloca a todo o momento o indivíduo oprimido em seu lugar de existência como ser gerador de conhecimento, mesmo que inserido em uma realidade que busca sempre negar essa condição.

¹⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhes são impostos são os convencionais. (FREIRE, 1987, p. 28)

A permanência da *educação silenciadora*, como deixa subentendido Freire, desencadeia em diferentes níveis de consciência cultural entre as classes sociais. A pessoa que possui menos oportunidades de contato com ambientes de preservação e disseminação da cultura durante sua formação escolar terá uma compreensão de que aqueles ambientes se fazem distantes e pertencem a outro círculo social no qual ela não se insere. Essa é uma consciência perigosa, principalmente ao fortalecimento do campo da preservação de bens culturais.

Figura 4 - Livro Pedagogia do Oprimido



Fonte: site do MST

Indivíduos que acreditam não ter relação com o que está salvaguardado em ambientes como museus, bibliotecas e galerias de arte não saberão que também contribuem para a produção destes bens, sendo estes propriedade de toda sociedade e não apenas de determinado grupo social. Infelizmente, não é difícil que qualquer um tenha contato com pelo menos uma pessoa que nunca esteve em um

ambiente como esse ou nem sequer conversou sobre o que seria cultura, revelando seu ponto de vista sobre o assunto.

Paulo Freire reafirma ao longo de seu trabalho que todo ser é produtor de cultura, visto que inserido no contexto histórico e social, ele está automaticamente produzindo história e reproduzindo *sistemas culturais*.

3. MUSEUS NO RIO DE JANEIRO

O século XIX pode ser apontado como o momento no qual surgem os primeiros ambientes culturais na cidade do Rio de Janeiro, então capital da Colônia Portuguesa que abriga, a partir de 07 de março 1808, a Família Real e a comitiva que acompanhava a Corte de Dom João, príncipe regente de Portugal, que busca nas terras tropicais um abrigo contra a invasão de Napoleão à sua terra natal. O contexto social e cultural da cidade precisava se adaptar a estadia da realeza e dos intelectuais que agora estavam instalados no Brasil.

As transformações na então pequena Rio de Janeiro iniciam-se logo após a chegada da Corte, a fim de abrigar os mais de 10 mil membros que formavam a comitiva real. A reorganização da província apresenta nesse momento uma característica de exclusão e distanciamento da população que vivia nas freguesias da Sé, Santa Rita, São José e Candelária (MEIRELLES, 2015).

Figura 5 - Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, 1839



Fonte: Brasiliana Iconográfica

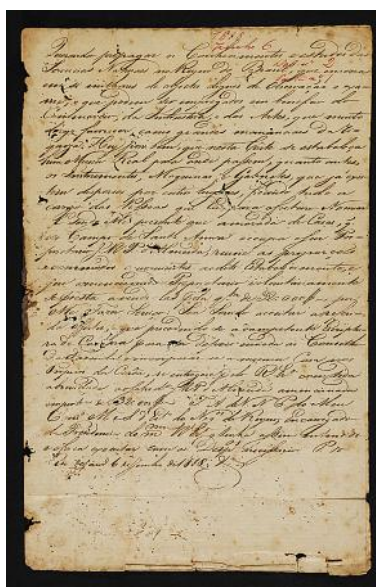
As casas que ocupavam essa região foram *cedidas* aos membros da Corte, fazendo com que novas áreas da cidade fossem ocupadas de forma apressada pela população que perdia suas residências. Nesse movimento de ocupação confusa e autoritária, são criados ambientes e instituições como o Jardim Botânico, a Academia Real da Marinha, a

Imprensa Régia, o Teatro de São João e o Museu Real que colocam a cidade do Rio de Janeiro no contexto de *nova capital* do reino de Portugal.

As transformações mencionadas acima que buscam desenvolver o ambiente cultural da colônia portuguesa acontecem no intervalo de 1808 a 1821, tendo o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso tomado enfoque no ano de 1818, quando D. João VI assina o Decreto que instaura a criação do Museu Real. Tal instituição, oficializada em 06 de junho de 1818 tinha por objetivo

(...) propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes (BRASIL, 1818).

Figura 6 - Decreto de criação do Museu Nacional, 1818



Fonte: SAE, Museu Nacional

Seu acervo advinha em grande parte da então Casa de História Natural, popularmente conhecida como Casa dos Pássaros, instituição criada ainda nos finais do século XVIII com a finalidade de *engrandecer a capital do Brasil* e abrigar a preparação e guarda de animais e objetos indígenas que seriam enviados à Corte portuguesa que ainda residia em

terras lusitanas, assim como se pode observar nas palavras de Regina Dantas no desenvolvimento de seu trabalho sobre o Museu Nacional

(...) enviasse a Lisboa amostras dos produtos naturais e tudo mais que representasse a cultura da colônia, as riquezas da terra e os costumes da população, para comporem o acervo do Museu Real de Lisboa. É a partir dos vice-reis Conde da Cunha, marquês do Lavradio e D. Luis de Vasconcellos e Souza que essa atividade virou um intenso costume. Registra-se o envio, inclusive, de animais vivos para a Corte. (DANTAS, 2007)

A parcela da população que tinha acesso a essa instituição cultural era reduzida aos membros da alta sociedade, principalmente àqueles que tinham a formação necessária para contribuir com a construção deste acervo.

Refletir sobre essa afirmação coloca em evidência que maior parcela de pessoas que ocupavam a região fluminense não tinha acesso a nenhum desses espaços idealizados para o usufruto da Corte e propaganda da monarquia. Esse caráter fundamental à criação do então Museu Nacional e de demais ambientes museológicos originados ainda entre o final do século XIX e início do XX que visava alimentar culturalmente e cientificamente uma parte da população em exclusão de uma grande maioria tem sua herança ainda na atualidade.

Outros exemplos que adentram esse recorte feito no início deste capítulo são as instituições criadas e valorizadas na primeira década do século XX com a finalidade de garantir modernizações a moldes franceses à cidade do Rio de Janeiro. O Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional são exemplos de edificações construídas exatamente nesse contexto que promove por mais uma vez o afastamento das populações periféricas, visto que o *afrancesamento* da população carioca se direcionava àqueles que poderiam ser civilizados e que abraçavam o progresso do novo mundo aos moldes europeus. Esse momento abraçou não somente as transformações urbanísticas, mas também trouxe mudanças ao ambiente artístico, cultural e científico, sempre buscando o afastamento das populações mais pobres e de seus costumes populares, como pode ser observado no texto da historiadora Mila de Paula, *Urbanidade e Urbanismo* publicado pela própria

instituição Biblioteca Nacional em seu *site*, no projeto digital intitulado *A França no Brasil*.

Foi diante deste contexto que o desenvolvimento artístico, científico e tecnológico da sociedade francesa se tornou para a brasileira um referencial de civilização e progresso em detrimento dos costumes “bárbaros” e rudes das tradições populares de então, geralmente relacionadas às populações pobres, rurais ou negras, de cuja sombra a maior parte das elites pretendia se desvincular. (PAULA, sem data)

Buscando o distanciamento dessas populações, o seu afastamento do centro que se transformava urbanisticamente aconteceu novamente. Agora, no início do século XX, com a quantidade de pessoas que ocupavam a região urbana da cidade muito maior, o afastamento direcionou essa parcela aos morros que circundam geograficamente a cidade do Rio de Janeiro e que mais tarde seriam denominados como favelas. O afastamento autoritário e com resquícios de apagamento da população pobre não teve o devido planejamento para a acomodação das pessoas nessas novas regiões da cidade, periféricas ao centro, e principalmente não pensou de nenhuma maneira em um possível acesso dessa população ao que naquele momento poderia ser declarado como ambiente cultural.

Atualmente a compreensão dos espaços de cultura dentro de um território é capaz de abranger uma diversidade maior, gerando espaços de representatividade para diferentes grupos dentro da sociedade contemporânea. Essa capacidade de abarcar diferentes grupos, ainda que seja válida, infelizmente não alcança de forma massiva a população periférica que historicamente sofre com os processos de exclusão repetidamente. É preciso refletir o motivo pelo qual não há um interesse público em investir na construção e efetivação de ambientes como museus e bibliotecas públicas dentro das comunidades cariocas. Apesar de não haver uma difusão intensa, o final do século XX e o início do século XXI apresentam à sociedade a possibilidade de compreender que a produção de cultura dentro das favelas deve ser validada e abraçada pelas instituições de preservação, visto que a partir da Constituição de 1988 são definidos como patrimônio cultural todos os bens

[...] de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (Art. 216. Constituição 1988, Brasil)

O Museu Casa do Pontal¹⁸ é um exemplo de espaço museológico que apresenta a possibilidade de diversidade da cultura popular dentro de uma instituição. O maior acervo de Arte Popular Brasileira se encontra hospedado neste ambiente e compreender que essa dinâmica é fundamental para legitimar a amplitude de expressões culturais dentro da sociedade. Outras instituições possuem linguagem tão representativas quanto esta ou mesmo com uma profundidade reflexiva muito mais complexa, como é o caso do Museu da Maré.

Figura 7 - Museu da Maré



Fonte: Agência Brasil

Criado em 08 de maio de 2006, O Museu da Maré atua na valorização da história e cultura vivida dentro das comunidades que compõem o Complexo da Maré, uma das favelas mais populosas da cidade do Rio de Janeiro. A partir do desenvolvimento de mecanismos de promoção cultural dentro da comunidade e de parcerias com importantes instituições, como a firmada em 1997 com a Casa Oswaldo

¹⁸ Informação retirada do site do Museu Casa do Pontal: *Situado no Rio de Janeiro, o Museu Casa do Pontal é considerado o maior e mais significativo museu de arte popular do país.*

Cruz¹⁹ - responsável pela promoção e proteção do patrimônio histórico da Fundação Oswaldo Cruz - se estabelecem instituições como o Rede Memórias da Maré, vencedora do *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade*²⁰ no ano de 2005, e que mais tarde resultam no que hoje se compreende como o Museu que favorece a valorização cultural dentro de uma favela.

Esses espaços criam estruturas importantes para o desenvolvimento da Educação Patrimonial que começa a surgir da compreensão de que afetos e memórias que antes não eram abraçadas por seus detentores como expressão cultural, passam a ser identificadas dessa forma.

É interessante observar a distribuição desses espaços dentro da composição geográfica da cidade, como será trabalhado de forma mais intensa no capítulo a seguir.

3.1 Refletindo sobre sua distribuição pelo estado do Rio de Janeiro

Os ambientes de salvaguarda e difusão cultural aos quais se direciona este trabalho compreendem principalmente museus que atuam com a guarda de uma materialidade a qual agrega seu principal valor e seu ponto mais sensível de preservação em seu caráter físico. Esta parece ser a realidade de uma grande parcela dos museus brasileiros.

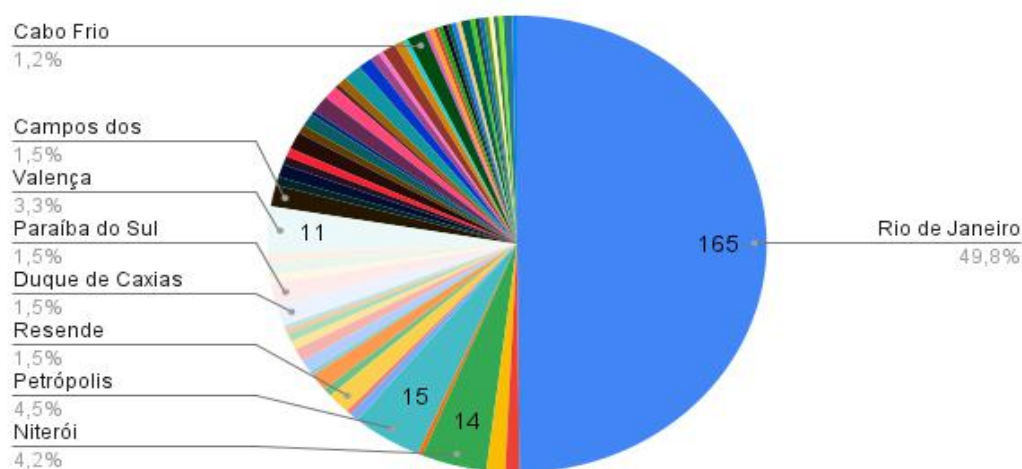
Segundo informações disponibilizada pelo IBRAM na plataforma *Museusbr*²¹, há no país um total de 3866 (três mil e oitocentos e sessenta e seis) museus, sendo destes mais de 95% caracterizados como instituições físicas. Ainda segundo as informações do site, 1514 (mil quinhentos e catorze) museus estão localizados na Região Sudeste do país, que compreende o estado do Rio de Janeiro com 331 (trezentos e trinta e um) museus em funcionamento.

¹⁹ Informação retirada do site da Casa Oswaldo Cruz: [...] *unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz dedicada à preservação da memória da Fiocruz* [...].

²⁰ Informação retirada do site do IPHAN: *Promovido pelo Iphan, desde 1987, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade prestigia, em caráter nacional, as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro que, em razão da originalidade, vulto ou caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público.*

²¹ Plataforma virtual colaborativa gerenciada pelo Instituto Brasileiro de Museus em parceria com o Estado de São Paulo e o Instituto Tim. Acessível através do link: <http://museus.cultura.gov.br/>

Figura 8 - Distribuição dos museus do estado do Rio de Janeiro entre seus municípios



Fonte: Gráfico gerado a partir de dados retirados da Plataforma *Museusbr* (2020)

De acordo com esta mesma plataforma criada a partir de uma iniciativa de cunho público-privado entre o Estado de São Paulo e o Instituto Tim, somente a cidade do Rio de Janeiro conta com 165 (cento e sessenta e cinco) dessas instituições. A distribuição homogênea de 49,8% desses ambientes de cultura (figura 8 e 9) deixa evidente um processo de condensação que representa algumas questões de distanciamento cultural, o que por si só pode caracterizar-se como um impedimento para um alcance mais amplo da população.

Permitindo um recorte ainda mais pontual, nota-se a confirmação dessa tendência à homogeneidade concentrada das instituições museológicas. Analisando as informações disponibilizadas pela mesma plataforma, confirma-se que a maioria dos museus da cidade do Rio de Janeiro concentra-se na região do Centro, que corresponde a um total de 39,7% de todas as instituições localizadas dentro do município (figura 9).

Figura 9 - Concentração das instituições de promoção da cultura na região metropolitana com foco para cidade do Rio de Janeiro (região central e sul)



Fonte: Esquema gerado a partir de dados retirados da Plataforma *Museusbr* (2021)

Colocando em pauta essa discussão, pode-se compreender melhor porque regiões periféricas possuem um baixo consumo da cultura disponibilizada por essas instituições, desencadeando em um contato rarefeito da população de periferia com ambientes de promoção do patrimônio cultural. Esse distanciamento provoca, na maioria das vezes, uma relação que se inicia na falta de conhecimento acerca da existência de um bem de rico valor histórico, o porquê da sua existência e permanência, progredindo para a falta de interesse e pertencimento gerando um sistema de memória coletiva que não acolhe e não reconhece o valor da preservação daquele patrimônio.

Situações de distanciamento muitas vezes são patrocinadas por uma gestão pública que não acredita na valorização do patrimônio existente nessas cidades periféricas. Um exemplo não muito distante da capital do estado do Rio de Janeiro demonstra esse sintoma de falta de compromisso do Estado, como o caso do furto do altar-mor da Capela de Sant'Anna da Fazenda do Colubandê na cidade metropolitana de São Gonçalo, localizada a uma distância de aproximadamente 30 quilômetros da capital da unidade federativa e a seis quilômetros da Prefeitura Municipal. Esse conjunto histórico que data do século XVII e

que é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional apresenta atualmente uma situação de total descaso das instâncias responsáveis pela sua preservação. Na atual gestão política da cidade, nenhum movimento de preocupação é percebido em relação a esse patrimônio ou a qualquer um dos demais que compõem a história de uma localidade com mais de três séculos de existência e desenvolvimento.

Pode-se dizer que ações educativas que incentivem a população a fazer uso desse patrimônio e dos espaços da Fazenda a fim de promover Educação Patrimonial, difusão do conhecimento histórico e artístico municipal, preservação e valorização do monumento são completamente inexistentes no momento, causando uma morte lenta a tão belo bem cultural. Esse recorte feito com o município de São Gonçalo muito provavelmente é semelhante ao de muitas outras regiões do estado do Rio de Janeiro e mesmo dentro da própria capital, que possui uma extensão de mais de 1.255 km² (mil duzentos e cinquenta e cinco quilômetros quadrados) no qual existem muitos monumentos em situações de abandono.

Retornando a questão do distanciamento cultural, pode-se perceber que não necessariamente seja uma problemática onde as regiões periféricas não possuam patrimônios que demarquem sua história de origem e desenvolvimento, mas sim uma situação na qual não há incentivo público à pesquisa e divulgação científica em prol da salvaguarda dos bens culturais, permitindo que se perpetue uma homogeneidade de distribuição dos ambientes de salvaguarda e um desconhecimento acerca dos bens patrimoniais locais dessas regiões.

3.2 Estrutura Organizacional

Estabelecido um rápido panorama acerca da distribuição dos ambientes museológicos pela cidade do Rio de Janeiro e sua relação com o distanciamento da população periférica das instituições de difusão cultural, agora se concentra o foco em sua organização interna,

ênfatizando os principais pontos previstos pela lei nº 11.904/2009²² que constitui o *Estatuto de Museus* e pelo decreto nº 8.124/2013 que *regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009(...)*. Essas duas ferramentas legislativas se relacionam em prol do funcionamento pleno e de uma administração padrão entre todas as instituições museológicas do país. Ambos os documentos evidenciam um processo de estruturação das instituições de proteção do patrimônio cultural, além de transparecer que este se trata de um processo recente de evidênciação do sistema museológico brasileiro.

O primeiro documento sobre o qual se debruça uma análise necessária à construção deste trabalho é o *Estatuto de Museus* que estabelece em seu Art.1º o que seria considerado um *museu*:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Figura 10 - Lei nº11.904/2009, conhecida como Estatuto de Museus



Fonte: site do Planalto Central (<http://www.planalto.gov.br/>)

Esse trecho manifesta-se sobre as atividades pertinentes às instituições museológicas, dentre as quais se destacam três pontos interessantes ao trabalho: conservar, comunicar e expor. O ato de

²² BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Estatutos de Museus. Brasília, DF, 2017.

investigar também possui a sua importância, mas para que se possa manter o foco deste trabalho mais restrito ao que lhe é pertinente, deixa-se a investigação à parte. As demais ações que são inerentes a função dos museus podem ser melhor explicitadas a seguir.

Segundo as definições desenvolvidas pelo ICOM-CC²³, a prática da Conservação deve ser compreendida como um conjunto de

atividades (...) (que) têm por objetivo fornecer os meios necessários para garantir o estado de um objeto contra toda forma de alteração, a fim de mantê-lo o mais intacto possível para as gerações futuras. (ICOM-CC, 2008)

Essas atividades, em sentido amplo, condensam as operações de segurança geral (proteção contra roubo ou vandalismo, incêndios ou inundações, terremotos ou tumultos), as disposições ditas como conservação preventiva, ou seja,

o conjunto de medidas e ações que têm por objetivo evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas se inscrevem em um contexto ou ambiente de um bem cultural, porém, mais comumente no contexto de um conjunto de bens, seja qual for a sua antiguidade e o seu estado. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem com os materiais e estruturas dos bens. Também não modificam a sua aparência. (ICOM-CC, 2008).

Há ainda a conservação curativa, que é

o conjunto de ações diretamente empregadas sobre um bem cultural ou um grupo de bens, com o objetivo de interromper um processo ativo de deterioração ou de introduzir um reforço estrutural. Essas ações só são colocadas em prática quando a existência dos bens é ameaçada a curto prazo, devido à sua extrema fragilidade ou rapidez de sua deterioração. Essas ações modificam por vezes a aparência dos bens. (ICOM-CC, 2008)

Transferindo essas definições para o ambiente interno de uma instituição de salvaguarda de patrimônio cultural de forma permanente

²³ ICOM-CC é o maior dos Comitês Internacionais do International Council of Museums (...). Visa promover a conservação de obras culturais e historicamente significativas e promover os objetivos da profissão de conservação.

ou temporária, encontra-se a necessidade de distribuição prática e organizacional dentre os personagens atuantes naquele ambiente. O sistema burocrático e organograma funcional de cada um desses ambientes seguem suas particularidades que vão determinar o setor que gerencia as atividades e aquele que atua de forma direta e prática na conservação diária dos bens protegidos por cada instituição.

Na base desse sistema, que se edifica sobre as atividades da Conservação Preventiva, volta-se aos funcionários, técnicos, terceirizados ou servidores que atuam em áreas fundamentais ao funcionamento diário do ambiente, como os setores de limpeza, manutenção e segurança patrimonial.

Baseando-se por exemplo, no texto de Ana Cristina Barreto de Carvalho²⁴, é comum na sociedade contemporânea que estes cargos sejam ocupados por pessoas que fazem parte de um grupo que recebeu ao longo de sua trajetória, oportunidades escassas de contato com a Educação, seja essa em nível básico ou superior. A Educação do Oprimido definida por Paulo Freire e discutida anteriormente neste trabalho reitera essa informação. Grande parcela da população é limitada a uma educação opressora e dominadora, onde as oportunidades de troca de conhecimentos e valorização dos saberes diversos é negada à maioria da população. Acompanhando de forma infeliz este processo e direcionando ele ao recorte feito sobre o município do Rio de Janeiro no capítulo anterior, tem-se a associação entre a distribuição deficiente dos *ambientes culturais* pela cidade e as oportunidades de crescimento educacional nas regiões periféricas.

Como observado no artigo *Terceirização e precarização: um estudo com terceirizados de serviços gerais na Universidade Federal da Paraíba*²⁵, trabalhadores das áreas de Serviços Gerais, Manutenção e Segurança, têm em sua maioria formação ou somente até o Ensino Fundamental ou no máximo até o Ensino Médio, este por muitas vezes

²⁴ CARVALHO, Ana Cristina Barreto. *Gestão de Patrimônio Museológico: As Redes de Museus*. O texto discute a gestão de instituições museológicas no contexto contemporâneo do mundo globalizado.

²⁵ Artigo publicado na Revista Principia. Divulgação Científica e Tecnológica do Instituto Federal da Paraíba em junho de 2015.

incompleto ou ainda em uma conjuntura de formação de *analfabetismo funcional*²⁶. A limitação do crescimento profissional gerado pelo *déficit* na formação dessa parcela da população a direciona à área de atuação mencionada anteriormente, a qual normalmente não exige um conhecimento específico ou elaborado para a execução das tarefas requisitadas nessas vagas.

Ainda que a exigência de conhecimentos técnicos ou acadêmicos não exista no cumprimento da maioria dessas atividades, a importância da atuação diária e constante destes trabalhadores é fundamental para a conservação preventiva dos bens históricos e culturais da sociedade.

No campo de trabalho é evidente que, sendo essas pessoas as que atuam de forma direta e rotineira com o patrimônio, cabe a elas algumas *expertises* que muitas vezes não são absorvidas por grupos que atuam no mesmo bem patrimonial, porém com conhecimentos técnicos ou acadêmicos na área da preservação. É necessário que haja comunicação entre esses grupos de trabalho.

3.3 A relação entre os funcionários de nível básico e secundário e a Instituição: desafios

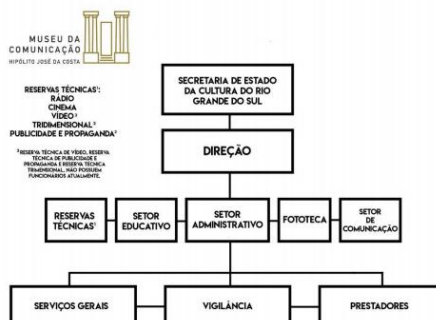
Compreender o funcionamento das instituições de salvaguarda de acervos culturais a partir da movimentação dos funcionários que prestam serviços de constância diária e rotineira é fundamental para estabelecer um bom planejamento de conservação preventiva dos ambientes, fazendo destas pessoas personagens importantes nessa esquemática da preservação do patrimônio cultural.

²⁶“(…) a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional”. Índice de Analfabetismo Funcional, INAF. Instituto Paulo Montenegro, 2009.

Figura 11 - Organograma Funcional retirado do Plano Museológico do MCHJC 2019-2022



ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Fonte: site do Musecom (www.musecom.com.br/)

A primeira demanda de compreensão é permitir que esses personagens abracem seus lugares de atuação sempre levando em consideração a característica detalhista e cuidadosa da interação com o patrimônio cultural que exige uma atenção maior. Envolver esse grupo de pessoas com a história do local onde elas atuam cotidianamente é uma condição que gera bons frutos em uma via de mão dupla. O patrimônio passa a receber maior zelo e cuidado por parte de quem convive todos os dias com ele, e a pessoa que ali trabalha não vai mais perceber aquele lugar como um simples espaço de passagem, mas como espaço de conhecimento histórico e cultural e sobre o qual ela também atua em prol de uma ação maior, permitindo a permanência daquele bem para as futuras gerações.

É comum que as instituições brasileiras culturais de cunho público atuem com empresas terceirizadas que cuidam das três esferas de cuidados que este trabalho está abordando: Segurança Patrimonial, Serviços Gerais e Manutenção. Essa organização passa a existir a partir do momento em que os Concursos Públicos começam a se restringir aos cargos fundamentais à existência organizacional e fundamental da instituição, deixando de lado a oferta dessas vagas e passando a

contratar esses serviços a partir de outras empresas, buscando no setor privado a compensação dessa perda.

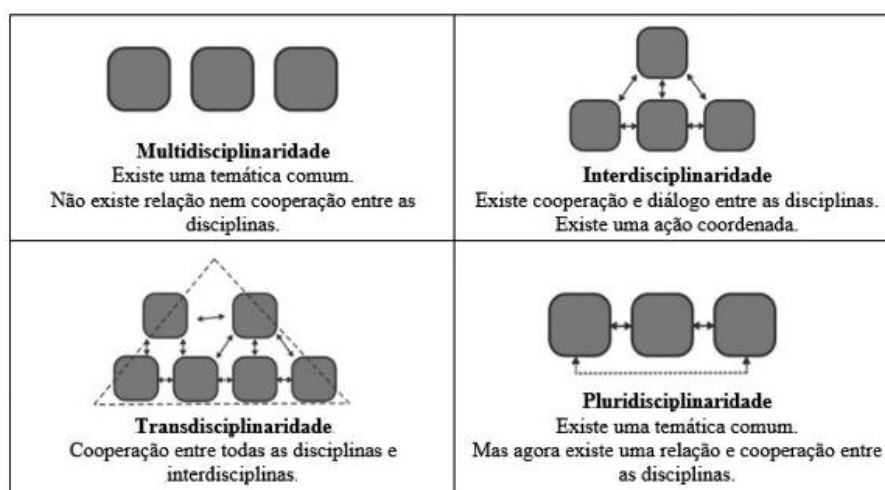
A problemática dessa estratégia é fácil de ser compreendida quando se pensa que não há mais o interesse de nenhuma das partes em manter a segurança do emprego das pessoas envolvidas nesses trabalhos, mas sim a relação de *custo x benefício* e lucro. Para as instituições públicas esse esquema pesa em alguns aspectos, principalmente quando estas passam por constante processo de sucateamento e precisam decidir em qual ponto devem realizar cortes de gastos para a sobrevivência da instituição como um todo. Infelizmente o que costuma acontecer com maior frequência é o corte financeiro atingir primeiro a manutenção predial que normalmente é mais custosa para esses ambientes culturais devido às suas particularidades e as características de seus acervos.

4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO FERRAMENTA PARA PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

4.1 A Transdisciplinaridade entre profissionais da área da preservação e funcionários de manutenção, serviços gerais e segurança

A *interdisciplinaridade* (figura 12) é uma temática persistente e necessária dentro do campo da Conservação, mas ainda possui sua prática associada a áreas do conhecimento academicamente conceituadas, como a Física para a realização de exames técnico-científicos e a Climatologia fundamental nos planos de Conservação Preventiva.

Figura 12 - Esquema sobre tipologias da interdisciplinaridade



Fonte: Ilustração adaptada do texto *Multi, Pluri, Trans e Interdisciplinaridade em gráficos e esquemas* de E. F. Amaral (2011)

Japiassu²⁷ cita em *As Máscaras da Ciência* sobre a construção dessas linhas e a abordagem de diferentes formas de atuação que integra mais de uma área do conhecimento. Da mesma forma Ivan Domingues²⁸, responsável pelo Instituto de Estudos Avançados

²⁷ Hilton Ferreira Japiassu (1934-2015) foi um filósofo de grande importância na discussão sobre a interdisciplinaridade.

²⁸ Filósofo e diretor do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (gestão 2000-2003), atualmente é professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais.

Transdisciplinares da UFMG, define o *interdisciplinar* e o *multidisciplinar* como campos ainda com seus limites no momento da sua interação.

Na multi, várias disciplinas cooperam com um projeto, mas cada qual trabalhando um aspecto do objeto com o seu método. Na inter, há situações em que uma disciplina nova adota métodos de uma outra mais antiga. É o caso clássico, por exemplo, da Bioquímica, matéria em que houve uma fusão de campos. Na trans, a tentativa é a de instaurar uma metodologia unificada. (DOMINGUES, 2003)

Considerando a importância da adoção dessa discussão dentro do campo da Preservação deve-se buscar novas formas de atuar em prol da expansão desse caminho, que sempre pode beneficiar ambas as áreas que se comunicam com a troca de saberes entre distintos setores e diferentes patamares dentro do organograma de uma instituição. Como Japiassu define em uma palestra realizada em 1994 no *Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular*, o objetivo da *interdisciplinaridade* é o de solucionar o problema da fragmentação do conhecimento. As especificações das atuações de cada profissional de cada área deve ser respeitado, mas sempre buscando priorizar o diálogo e a comunicação.

O objetivo não é o de criar uma nova disciplina científica nem tampouco um discurso universal, mas o de resolver um problema concreto. Nessas condições, as práticas interdisciplinaridades podem ser consideradas como negociações entre pontos de vista, entre projetos e interesses diferentes. (JAPIASSU, 1994)

A adoção desta metodologia dentro do campo da Conservação Preventiva e da Gestão de Riscos é fundamental, principalmente ao que se trata da manutenção dos edifícios históricos e espaços museológicos que conta em grande parte com a atuação de profissionais que não são do campo da Preservação, mas que têm importância fundamental para o funcionamento diário desses espaços, promovendo a operação de reparos em redes elétricas ou hidráulicas, limpeza e provisão da higiene dos ambientes ou mesmo da segurança patrimonial da instituição, realizando o controle da entrada segura de visitantes e sua estadia em meio às exposições e espaços internos. Aos profissionais da área da

Preservação não cabe possuir o saber específico para atuar nessas intervenções/atividades, mas sim o de promover um diálogo que adeque a execução desses processos sob a perspectiva da Conservação Preventiva.

Especificamente neste diálogo, trata-se de exercer uma metodologia pautada na *Transdisciplinaridade*, termo que foi definido primeiramente por Jean Piaget²⁹, no *I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade*³⁰ que

acreditava na evolução do pensamento destacando que as formas de cooperação entre os saberes e disciplinas deveriam alcançar a etapa da transdisciplinaridade e serem capazes de uma interação num sistema total, sem fronteiras estáveis entre os saberes.

Apesar de parecer ser um trabalho de orientação simples de ser adotado, o diálogo normalmente não é capaz de abranger a linguagem dos profissionais que atuam na prestação destes serviços, visto que o saber não é simples, o exercício de traduzir ao campo uma linguagem erudita aos termos populares que fazem parte da construção cultural dessas pessoas. Novamente retorna-se à *Educação do Oprimido*, onde FREIRE pontua a necessidade do respeito a todas as formas de pertencimento cultural e educacional, tornando a conversa uma via de mão dupla, onde se transmite o que se conhece e se recebe do próximo àquilo que lhe cabe de conhecimento.

Provavelmente pode ser possível observar que dentro dos ambientes museológicos essa interlocução esteja acontecendo, através da nomenclatura de *treinamento* muitas vezes limitados a uma interlocução que não dialoga e não comunica de maneira eficiente, fazendo com que a comunicação efetiva das situações de risco não seja executada da maneira correta. Apesar de se distanciar do que a EP tem por missão, o objetivo de ambas atividades é o mesmo.

Esse treinamento acontece, mesmo que ainda não abranja todos os possíveis personagens que podem atuar de maneira mais efetiva

²⁹ Jean Piaget (1896-1980) foi um psicólogo suíço de grande importância para os estudos da psicologia evolutiva.

³⁰ Seminário realizado na Universidade de Nice na França em 1970.

junto à preservação e manutenção do patrimônio histórico cultural ao longo do tempo. Os agentes que mais interessam a este trabalho talvez sejam os que compõem a classe à qual menos se associa a possibilidade de atuação direta com o patrimônio, mas que por muitas vezes são os únicos que possuem o saber específico ou mesmo os únicos que prestam o serviço necessário. E é exatamente a essas pessoas que a Educação Patrimonial deve alcançar, sempre buscando dar a esse grupo a ciência de que sua profissão e a execução dos seus serviços tem importância fundamental ao funcionamento dos espaços histórico-culturais.

4.2 Como incentivar a valorização do conhecimento técnico dos setores de prestação de serviços e sua interlocução com o patrimônio histórico/cultural

O incentivo à valorização do conhecimento técnico deve ser realizado dentro do aspecto do campo da Educação Patrimonial, e seguir as orientações disponibilizadas por HORTA no *Guia Básico da Educação Patrimonial* possivelmente seja o caminho mais simples a ser adotado, visto que o teor didático que pode ser encontrado na elaboração das metodologias por ela apresentadas possui uma amplitude que pode abranger diferentes grupos sociais passíveis a receber essa comunicação. Porém deve-se atentar à questão de que, as pessoas que compõem o grupo sobre o qual debruça o desenvolvimento deste trabalho, não se encontram em fase de formação escolar e em sua maioria não se tratam de jovens com uma absorção do saber mais intensa. Possivelmente a maior parcela das pessoas que estão no mercado de trabalho atuando na prestação desses serviços são adultos, alguns já amadurecidos. Segundo dados disponibilizados no artigo *Terceirização e precarização: um estudo com terceirizados de serviços gerais na Universidade Federal da Paraíba*, compunham esse grupo pessoas com faixa etária entre 30 e 60 anos de idade.

A fim de mapear os sujeitos da pesquisa, foi traçado um perfil socioprofissional dos entrevistados. (...) A primeira característica que emerge de forma homogênea dos trabalhadores entrevistados é o

grau de escolaridade. Eles têm, em sua maioria, apenas o Ensino Fundamental, muitas vezes incompleto. O perfil profissional segue uma tendência a trabalhos informais, bicos e trabalhos com baixa remuneração. (...) Quanto à faixa etária, ela varia entre 30 e 60 anos.

Adaptar um texto direcionado a grupos em fase escolar para adultos com um acesso à Educação precário provavelmente não deva ser uma tarefa muito simples, mas é necessário que se faça possível. O diálogo deve buscar fugir das esquematizações acadêmicas e conceituações complicadas, com personagens desconhecidos e que talvez pouco façam sentido a quem se direciona a linguagem. Não será alcançada uma conexão estável se a discussão se inicia apresentando conceitos de *Ruskin*³¹ ou *Brandi*³² a um grupo de pessoas que está distanciada dessa realidade.

É necessário que se utilize métodos de aproximação, que pode ser por meio de um conhecimento cultural popular que gere interesse em todos de um grupo. É possível também estabelecer interesses específicos de acordo com a atuação de cada grupo profissional. A exemplo daqueles que atuam com a manutenção predial em edifícios históricos, evidenciar a importância do seu trabalho e qual deve ser a sua conduta na execução das suas tarefas, priorizando sempre a permanência segura do bem cultural. Nesse quesito, cabe aos profissionais da Conservação e Restauração permitirem a abertura de espaço para que estes profissionais tenham seus lugares de fala preservados, não fazendo desta interlocução um lugar limitante, mas sim um ambiente em que ambos os lados possam se escutar e seguir uns aos outros as orientações para a execução de um serviço ou atividade de manutenção.

Basicamente o que deve ser o foco do desenvolvimento deste processo é encontrar um ponto dialógico onde haja uma interlocução segura, democrática e que alcance as pessoas de forma que realmente possa suceder em uma interação maior da sua atividade com o entorno.

³¹ John Ruskin (1819-1900) – escritor, poeta e crítico – representante da restauração romântica, que defende a intocabilidade do monumento degradado.

³² Cesare Brandi (1906-1988) foi personagem de notável importância no campo das artes no século XX. Dedicou-se à História da Arte, à Estética e à Restauração, tendo papel primordial na fundação do Instituto Centrale del Restauro (ICR), em Roma.

Os motivos pelos quais isso afeta diretamente na Conservação Preventiva e na Gestão de Riscos dos acervos culturais podem ser listados em um número sem igual de benefícios, tanto para a sociedade quanto para o bem material em discussão. Compreendendo que o conceito da Conservação Preventiva é o de atuar no ambiente circundante à obra a ser preservada, cuidando de aspectos relativos à climatização, segurança, luminosidade, exposição à umidade, sempre com o objetivo de manter uma estabilidade ambiental para a obra, pode-se entender que esses funcionários podem agir diretamente sobre esses pontos com condutas simples.

No caso de equipes de manutenção, estas cuidam de sistemas elétricos, hidráulicos, possíveis problemáticas inerentes à edificação e arquitetura, podendo atuar em uma prevenção contra infiltrações, curtos-circuitos, rachaduras que possam comprometer o edifício, na permanência da pintura das salas de exposição, no conserto dos equipamentos de ar-condicionado ou climatização. Funcionários da segurança tem a capacidade de prevenir furtos de acervos, limitar a entrada de pessoas a locais de acesso restrito, evitando possíveis perdas de acervos inestimáveis, além de assegurar que durante uma visita não haverá processos de vandalismo ou qualquer outro que possa representar uma condição de perigo para as obras em exposição. Em museus-casa ou edificações históricas que possuem muitos bens integrados de fácil manuseio pelos visitantes, a atuação da segurança pode evitar que pequenas peças sirvam de souvenir para as pessoas que acreditam não estarem causando uma perda para a sociedade como um todo ao levar para sua casa uma parte de um edifício histórico. Na área dos serviços gerais que normalmente culminam na prestação de serviços de limpeza dos ambientes, estes profissionais podem ser essenciais para a permanência da limpeza dos ambientes e também para indicar possibilidade de ataques biológicos, por exemplo, como a atividade de *cupins e brocas*³³.

³³ Insetos xilógrafos que atacam normalmente objetos em madeira, formando colônias em seus interiores. Normalmente atuam de forma silenciosa e geralmente a sua atividade é percebida através do acúmulo de seus excrementos próximo à área afetada.

Para a gestão dos riscos mencionados acima é preciso ainda mais do olhar cotidiano desses profissionais, visto que a definição para os riscos em museus segundo a Cartilha de Gestão de Riscos do Instituto Brasileiro de Museus é a seguinte:

Risco é a probabilidade de algo acontecer causando diversas gradações de perigos ou efeitos negativos. O risco em museus é a chance de que algo aconteça causando danos e perda de valor para acervos musealizados, por meio da ação de um ou mais agentes de risco. Estes estão ligados a fatores relacionados ao edifício, ao território (características geográficas e/ou climáticas) e também a fatores socioculturais, políticos e econômicos de uma determinada região.

Os fatores de riscos para edificações históricas e ambientes musealizados também estão intrinsecamente associados aos controles feitos pela Conservação Preventiva, mas a gestão desses processos é a atividade que talvez se aproxime mais da possibilidade de atuação destes profissionais.

4.3 Efetivando a transmissão da vigilância feita entre os prestadores de serviços e os profissionais da Conservação

É compreensível que cada instituição adote o protocolo que gerencia a comunicação entre as empresas prestadoras de serviços e seu departamento de Conservação que tenha maior proximidade com seus procedimentos internos de gestão e suas demandas para manter o ritmo do funcionamento institucional, tanto no que diz respeito às atividades solicitadas quanto ao gerenciamento de pessoal e financeiro. Este trabalho não busca interferir na linguagem a qual é utilizada dentre esses espaços, mas nas possibilidades de comunicação e no *saber comunicar* que deve ser transmitido aos funcionários dessas empresas. Efetivar a transmissão da vigilância feita por eles talvez tenha uma relação proximal da questão da valorização do papel destes funcionários e de suas perspectivas de observação dos espaços, sempre trabalhando na orientação sobre medidas de Conservação Preventiva.

A promoção da Educação Patrimonial dentro das instituições e principalmente direcionado a este público é a ferramenta que está ao mesmo tempo mais próxima da realidade dos profissionais que atuam diretamente nos departamentos de preservação e que direciona o diálogo a diferentes grupos, tornando a temática democrática entre os grupos sociais. Apesar de aparentar ser um procedimento muito didático, é necessário que sempre haja atenção quanto às demandas simples e realidades comuns de serem encontradas em meio a esses grupos de trabalho.

Uma das primeiras barreiras que talvez esteja dentro da maioria dos espaços que assim trabalham diz respeito à variação linguística e comunicação efetiva entre os profissionais da área acadêmica da Conservação e aqueles que prestam os serviços de manutenção, limpeza e vigilância. É necessário abraçar e adaptar-se aos processos populares de desenvolvimento da linguística, compreendendo que

Variações regionais, históricas, sociais e situacionais são definições que explicam os diferentes fatores motivadores de tais diferenças. Falantes de regiões e classes sociais distintas, provavelmente, usarão em seus cotidianos expressões diferenciadas, tendo em vista a influência dos hábitos, costumes e tradições de seus contextos. Assim também acontece com pessoas de diferentes tempos, ou em diferentes situações, em que são motivadas a utilizar estruturas linguísticas diversas. (OLIVEIRA, 2017)

A distância entre as formas de falar pode se caracterizar como o empecilho primário dentro desta linha de interlocução. É preciso aceitar que o vocabulário técnico utilizado no campo da Conservação e Restauração pode não ser de extrema necessidade ao saber daqueles funcionários, mas sim a consciência do que é a atividade em si e qual a sua importância para a permanência daquela instituição cultural. Realizar cartilhas ou reuniões de promoção da Educação Patrimonial se prendendo a termos muito específicos do campo, conceitos rebuscados e linguagem erudita tem por fim o resultado contrário do que se espera da atuação pautada na Educação Patrimonial.

A linguagem simples e direta na comunicação necessita de um meio no qual possa acontecer de forma didática e prática, visto as

necessidades da atividade. É preciso que seja uma transmissão de saberes rápida, eficiente, mas que também permita que a interlocução fuja do campo *mecanicista* de depósito de conhecimentos de um sobre o outro, afinal, desta maneira, não se apreende a informação e nem a torna de fato um objeto de interesse. Envolver os personagens na temática é fundamental para a consolidação do processo.

Figura 13 - Esquema mostrando os pontos chave da comunicação



Fonte: autoria própria

Os meios os quais devem ser utilizados podem variar, sendo através de reuniões de integração desenvolvidas na recepção dos funcionários, reuniões anuais promovidas pelo departamento, cursos de curta duração ou mesmo com a confecção de cartilhas educativas a serem distribuídas em conjunto com a prática de uma explanação convidativa sobre o conteúdo da mesma. A metodologia a ser adotada deve se pautar sempre na linguagem que aproxime ambos os lados, tornando o conhecer interessante.

Há ainda a possibilidade que talvez contenha o método mais interessante e que se comunique todos os dias com esses funcionários, sendo um conteúdo disponibilizado nos espaços e que oriente sobre condições que podem representar riscos ao patrimônio dentro da conduta de execução dos trabalhos, metodologia a serem adotadas a fim de guiar como devem ser executados os processos, valorizando a necessidade de manter-se atento a condições adversas que representem perigo.

5. CONCLUSÃO

A Educação Patrimonial pode ser definida como a ferramenta do campo da Preservação que permite o diálogo entre diferentes esferas da sociedade em prol da permanência dos bens culturais e o seu uso, muito concentrado e direcionado ao público que visita os espaços museais, pode ser aplicado de maneiras diversas e direcionadas, como apresentado no desenvolvimento deste trabalho. Esta ferramenta para a Conservação Preventiva e Gestão de Riscos dentro das instituições de salvaguarda do patrimônio cultural é uma modalidade válida e pertinente à realidade dos Museus, principalmente quando busca integrar novos personagens de forma colaborativa à equipe que atua diretamente na área da Conservação de uma instituição.

A relevância deste trabalho pode ser percebida a partir de diferentes pontos de vista que convergem em uma causa única: a proteção do patrimônio cultural. Os ganhos para a ciência com o desenvolvimento desta pesquisa se dão principalmente quando se elencam tópicos que ultrapassam as barreiras físicas dos espaços museológicos, como a valorização do patrimônio cultural sobre com o qual se trabalha. Tornar a atuação dessas pessoas devidamente conscientes de seu valor histórico e cultural é fundamental para que compreendam que também fazem parte de uma cadeia de profissionais que trabalham na linha de frente da preservação do patrimônio.

Essa condição pode trazer diferentes resultados para a sociedade como um todo. O primeiro e de maior interesse para essa pesquisa se dá no fortalecimento das ferramentas de atuação na Conservação Preventiva e Gestão de Riscos dentro dos espaços museológicos. Novos agentes que atuam de forma cotidiana junto ao patrimônio e que podem ser fundamentais para a comunicação de possíveis problemáticas tanto na estrutura arquitetônica do ambiente em si, como com relação aos objetos individualizados, percebendo e comunicando situações de infiltração e ataque de xilógrafos, por exemplo.

O segundo ponto de interesse, não menos importante que o primeiro, se direciona ao impacto social dentro desse grupo de

trabalhadores que normalmente não têm o seu trabalho visto com o devido valor, e que muitas vezes são limitados a um espaço sem diálogo, não havendo o interesse em desenvolver uma relação de troca de saberes entre os diferentes setores das instituições de salvaguarda dos bens culturais. Expandir a compreensão sobre cultura, sobre identidade e valorização culturais, permitindo que esses grupos tenham um local de fala dentro desses espaços.

O objetivo era compreender os mecanismos de distanciamento que podem ser a causa da ruptura de diálogo entre uma parcela da sociedade mais periférica e os *ambientes culturais* aceitos, buscando entender como se estabelece o hiato em relação à localização comum da grande maioria dos museus e da periferia. Verificou-se que o distanciar geográfico tem relação direta com a exclusão de grupos sociais desfavorecidos e desvalorizados, entrando no âmbito da discriminação e do controle de um sistema social que busca através da Educação os seus processos que visam à limitação do conhecimento.

Essa falha que está de diferentes formas incluído no desenvolvimento histórico do país sempre buscou legitimar expressões culturais em detrimento de outras, assim legitimando discursos que poderiam ser aceitos em prol do silenciamento de grupos que atualmente encontram-se em um ciclo de precário acesso às políticas de infraestrutura e com uma Educação que não garante o devido sistema de troca de saberes e valorização de aprendizados de diferentes culturas dentro das escolas.

Apesar dos processos que levam à atual situação de distanciamento serem difusos e estarem arraigados dentro da sociedade, ainda é possível converter a situação, utilizando dos princípios da Educação Patrimonial, principalmente quando de forma pontual e que busque sempre atuar em prol da valorização, identidade e preservação da Cultura. Esse método requer diálogo e comunicação, e pode, assim como foi observado na reflexão teórica, apresentar resultados positivos na sua aplicação prática.

Os processos reflexivos permitem que sejam visualizadas perspectivas para uma atuação que pode se desenvolver através da

continuidade deste trabalho em uma abordagem prática que possibilite ampliar a discussão sobre o *modus operandi* dessa metodologia mais dialógica da Educação Patrimonial, trazendo a colaboração de grupos antes muitas vezes excluídos. O prosseguimento requer escuta e atenção, evitando que se caia em metodologias que não alcancem o público ao qual é direcionado o desenvolvimento deste trabalho. Estabelecer pontos de proximidade, escutar diferentes pontos de interesse e avaliar os melhores métodos de aplicação é essencial para que a persistência do desenvolvimento desta pesquisa ocorra de forma eficaz para o campo da Conservação e Restauração.

Sendo assim, conclui-se que de maneira geral a pesquisa mostrou resultados satisfatórios que trazem boas expectativas de continuidade e prosperidade para este ramo da Conservação Preventiva, tão essencial dentro das instituições museológicas. Permitir que se atue de forma mais efetiva na Gestão de Riscos que colocam todos os dias em perigo o patrimônio que pertence a toda a sociedade e que expressa a crença de um grupo para as gerações futuras.

6. REFERÊNCIAS

Academia Brasileira de Letras. **Biografia de Silvio Romero**. Disponível em <<https://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>> Acessado em: 16 de abril de 2021.

ANDRADE COSTA, Maria Elisabeth de. **Cultura Popular** (Verbetes). Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/26/cultura-popular>> Acessado em: 16 de abril de 2021.

Alvarenga, Augusta Thereza de; Sommerman, Américo; Alvarez, Aparecida Magali de Souza. **Congressos internacionais sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de idéias e ideais na direção de uma nova ciência moderna**.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300003#back1> Acessado em: 23 de maio de 2021.

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino, ulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ... : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes , e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaõ V.** Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. Disponível em <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-a-ulico-anatomico-architectonico/>> Acessado em: 16 de abril de 2021.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Sociedade e educação patrimonial**. IPHAN.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. **A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 2007.

DECRETO Nº 8.124 DE 17 DE OUTUBRO DE 2013

Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011

2014/2013/decreto/d8124.htm> Acessado em: 10 de dezembro de 2020.

DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. Universidade de São Paulo, São Paulo - Brasil.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz – **VERBETE MUSEU REAL**.

Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>> Acessado em: 24 de maio de 2021.

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BR). Compromisso de Brasília. DPHAN, 1970.

Disponível em: <> Acessado em 10 de dezembro de 2020.

DOMINGUES, Ivan. Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares. Universidade Federal de Minas Gerais.

Disponível em: <<https://www.ufmg.br/ieat/2017/10/ivan-domingues/>> Acessado em: 23 de maio de 2021.

Entrevista **Humanidade inquieta com Ivan Domingues**. Diversa. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 1 - nº. 2 - 2003

Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/diversa/2/entrevista.htm#:~:text=Grosso%20modo%2C%20a%20grande%20diferen%C3%A7a,o%20transdisciplinar%20qu>

er%20ir%20al%C3%A9m.&text=Na%20multi%2C%20v%C3%A1rias%20disciplinas%20cooperam,objeto%20com%20o%20seu%20m%C3%A9todo.> Acessado em: 23 de maio de 2021.

ESTATUTOS DE MUSEUS

LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

Disponível em: <https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf> Acessado em 10 de dezembro de 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Museu Imperial. DEPRON-IPHAN-MINC.

Instituto Brasileiro de Museus. **Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**. CARTILHA. Ministério da Cultura. Brasil, 2017

Disponível em: <<http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2017/09/cartilha-gestao-riscos-pt.pdf>> Acessado em: 10 de dezembro de 2020.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BR). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. IPHAN, 2014.

_____. **Patrimônio Cultural**. IPHAN.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>

_____. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade**. IPHAN.

Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/172>

JAPIASSU, Hilton. **As Máscaras da Ciência**. Seminários de Estudos sobre Filosofia e Sociedade. Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, Rio de Janeiro, 1977.

Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55175>

_____. **A questão da interdisciplinaridade**. Seminário Internacional sobre Reestruturação Curricular. Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 1994. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/interdisciplinaridade-japiassu.pdf>

MEIRELES, Rodrigo Fernandes. **O desafio da transdisciplinaridade na contemporaneidade**. Conferência Internacional Saberes para uma Cidadania Planetária. Universidade Estadual do Ceará, 2016

http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38269-29032016-162215.pdf

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **A família real no Brasil : política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015.

Mesa Redonda de Santiago do Chile, 1972

http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf

Museu da Maré.

<Disponível em: <https://www.museudamare.org/>> Acessado em 23 de maio de 2021.

Museu Nacional de Belas Artes. **Histórico**. Rio de Janeiro, Brasil.

Disponível em: <https://mnba.gov.br/portal/museu/historico#:~:text=Criado%20oficialmen>

te%20em%201937%20por,para%20a%20ilha%20do%20Fund%C3%A3o
.> Acessado em 10 de maio de 2021.

Neoconcretismo. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3810/neoconcretismo>>.

Acessado em: 15 de agosto de 2020.

Núcleo de Memória da PUC - Rio. **Hilton Ferreira Japiassu (1934-2015).** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Disponível em:
<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/perfil/saudade/hilton-ferreira-japiassu-1934-2015#:~:text=Japiassu%20foi%20entreter%20um%20di%C3%A1logo,era%20mais%20que%20a%20interdisciplinaridade>> Acessado em: 10 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Rafaela Monteiro de Oliveira. **PRECONCEITO LINGÜÍSTICO: A Discriminação Linguística no Ambiente Virtual.** Departamento de Linguística, português e Línguas Clássicas. Instituto de Letras. Universidade de Brasília, 2017.

Disponível em:
<https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20157/1/2017_RafaelaMonteirodeOliveira.pdf> Acessado em: 23 de maio de 2021.

PAULA, Mila de. **Urbanidade e Urbanismo.** Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura, Brasil.

Disponível em:
<<https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/urbanidade-e-urbanismo-artigo>>
Acessado em: 10 de março de 2021

PEREIRA, Hélio Araújo. ALBUQUERQUE, Roosevelt da Silva. MORAES, Aline Fábica Guerra de. **Terceirização e precarização: um estudo com terceirizados de serviços gerais na Universidade**

Federal da Paraíba. Divulgação científica e tecnológica do IFPB. Revista Principia, nº 26, junho de 2015.

PEREZ, Olívia Cristina. **O Que é Interdisciplinaridade? Definições mais comuns em Artigos Científicos Brasileiros.** INTERSEÇÕES [Rio de Janeiro] v. 20 n. 2, p. 454-472, dez. 2018

PIAGET, Jean. **Biografia.**

Disponível em:< https://www.ebiografia.com/jean_piaget/> Acessado em: 16 de maio de 2021

Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro. Instituto Brasileiro de Museus

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. **O Romantismo na pintura brasileiro do século XIX.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Olhar do Brasil. nº 29/2001.

RUSKIN, John. Londres, 8 de fev. 1819 – 20 de jan. 1900. Disponível em:

<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17497/material/aula%2004%20John%20Ruskin.pdf>> Acessado em: 23 de maio de 2021.

SILVA, Adilson Xavier da. CUSATI, Iracema Campos. GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. **Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade: dos conhecimentos e suas histórias.** RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 979-996, jul./set., 2018

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. **Plano de gerenciamento de riscos/salvaguada & emergência.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

YAMAGUTI, Juliana Geraldi. **Antropologia, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial**. Universidade Estadual Paulista.